

## Profissão: Intérprete – contribuição das Ciências Sociais à formação de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais

*Profession: Interpreter – Social Science contribution to the education of Sign Language Translators and Interpreters*

**Alexandre Guedes Pereira Xavier**

Mestre em Educação (Educação e Ciências Sociais) pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Bacharel em Letras pela Universidade de São Paulo – USP. O autor integra a carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

E-mail: alexandregpxavier@ig.com.br

**Artigo recebido em 10 de maio de 2012 e selecionado em 31 de maio de 2012**

### RESUMO

Considerada a tarefa institucional de elaborar o projeto de um Curso de Bacharelado na área, o propósito deste artigo é discutir como assegurar uma abordagem crítico-reflexiva à formação do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais. A hipótese de trabalho é de que isso será possível por meio da articulação, na matriz curricular a ser desenhada, de conhecimentos das Ciências Sociais na problematização da identidade e do trabalho desses profissionais. Para testá-la, um episódio real da atuação de uma Intérprete de Língua de Sinais é posto em perspectiva, nos termos do Método do Caso da Universidade Harvard, e analisado à luz de formulações teóricas da Ciência Política e da Sociologia. A contribuição do campo das Ciências Sociais toma a forma de um plano de disciplina acadêmica. Todas as traduções foram feitas pelo autor.

**Palavras-chave:** tradutores e intérpretes de língua de sinais. formação crítico-reflexiva. ciências sociais. ética profissional.

### SUMMARY

*Considered the institutional task of elaborating the project of a Bachelor's Degree Course in the area, the purpose of this article is to discuss how to ensure a critical and reflective approach to the education of the Sign Language Translator and Interpreter. The working hypothesis is that this will be possible by means of articulation, in the curriculum to be drawn, of Social Science*

*knowledge in the problematizing of identity and work of those professionals. To test it, a real episode of the conduct of a Sign Language Interpreter is presented, according to the Harvard University Case Method, and analyzed in the light of theoretical formulations of political science and sociology. The contribution of the Social Science field takes the form of an academic discipline plan. All translations were made by the author.*

**Keywords:** sign language translators and interpreters. critical-reflexive education. social science. professional ethics.

### 1. INTRODUÇÃO

No final de 2011, o Conselho Diretor do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) aprovou um Plano de Desenvolvimento Institucional para o período 2012-2016, construído coletivamente ao longo daquele ano, que inclui a meta de se criar um Curso de Graduação em Letras – Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) com um Bacharelado em Tradução e Interpretação em LIBRAS / Língua Portuguesa.

O exame da literatura indica que, embora haja demanda crescente por profissionais (LACERDA, 2010) para a efetivação de direitos de pessoas surdas e surdocegas, as ações formativas são recentes e escassas, assim como estudos a respeito. (ALMEIDA, 2010; GUARINELLO et al, 2008).

Também são recentes o dispositivo legal que as determina (Decreto 5.626/2005) e a regulamentação da

profissão (Lei 12.319/2010). Os poucos cursos existentes têm predominantemente carga horária reduzida (LACERDA, 2010; ALMEIDA, 2010) ou são realizados na modalidade a distância, o que inviabilizaria uma formação adequada. (ALMEIDA, 2010).

Os processos formativos desse profissional têm origem nos cursos realizados pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), na década de 90. A partir do Decreto 5.626/2005, destacam-se o Curso de Tradução e Interpretação com Habilitação em LIBRAS e Língua Portuguesa, da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) (2005); os Cursos de Tecnologia em Comunicação Assistiva, das Pontifícias Universidades Católicas (PUCs) de Campinas e de Minas Gerais (2007) e o curso de Graduação em Letras, com Bacharelado em LIBRAS, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2008). (ANATER e PASSOS, 2010; ALMEIDA, 2010; GURGEL, 2010; LACERDA, 2010; LACERDA e GURGEL, 2011; SANTOS, 2010; MARTINS, 2009; GOES, 2010).

Com base no exposto, uma experiência a ser considerada é o curso da UFSC, conhecido como Letras-LIBRAS, iniciado em 2008 e desenvolvido com apoio do Ministério da Educação em polos nacionalmente distribuídos, que incluem o INES.

A consulta aos eixos de Formação Básica, Específica e Pedagógica desse Bacharelado, em sua página na internet, indica que os conhecimentos abarcados, além daqueles relacionados à LIBRAS, estendem-se à Linguística, à Literatura, à Psicologia, à História dos Surdos e de sua Educação, à Didática, à Tecnologia, entre outros.

O eixo de Formação Específica compreende 16 (dezesseis) disciplinas, distribuídas em 1.020 (mil e vinte) horas/aula. Uma delas intitula-se Tradução e Interpretação da LIBRAS II e será analisada brevemente. Sua ementa e objetivos são:

**Ementa:** O debate teórico clássico sobre ética e seus reflexos no trabalho de um tradutor/intérprete de LIBRAS. A postura do profissional e suas decisões no trabalho de interpretação, compromissos, atitudes e encaminhamentos frente às situações que envolvem o intérprete nesse cenário. Estudo de diferentes situações reais e fictícias que dimensionam a atuação profissional.

**Objetivos:**

- Introduzir conceitos éticos e morais e suas possíveis relações na profissão do tradutor/intérprete de LIBRAS/Português;
- Discutir os atuais códigos de ética do tradutor/intérprete, destacando-se alguns princípios que visem à qualidade e seu reconhecimento profissional;
- Refletir sobre as competências, decisões e desafios postos em cena na relação de trabalho em diferentes contextos. (UFSC, 2008).

O texto-base dessa disciplina recorda que o módulo anterior (Tradução e Interpretação da LIBRAS I) tivera como tema o intérprete educacional e/ou pedagógico. O módulo II – objeto do texto – apresenta-se em três Capítulos: 1. O que é ética?; 2. Ética e trabalho; 3. Atuação dos tradutores e intérpretes de Língua de Sinais.

A leitura desse documento e das atividades propostas para a citada disciplina suscita duas questões: a primeira relativa à Prática e a segunda à Teoria.

*Em uma formação, é possível discutir a conduta profissional sem analisar situações reais?* No texto da disciplina, as discussões sobre ética (Capítulo 1) e sobre ética e trabalho (Capítulo 2) não contemplam casos concretos para análise. As situações concretas apenas se fazem presentes no Capítulo 3, na forma de transcrições não analisadas de relatos de intérpretes apresentados em um evento:

Possivelmente muitos de vocês já experimentaram atuar em alguns destes contextos, mas vejamos o que nos ensinam os relatos de experiência dos intérpretes [...], descritos nos Anais do 2º Encontro dos Profissionais Tradutores/Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais de Mato Grosso do Sul, em 2006. (idem)

Tais depoimentos, no entanto, são somente ilustrações de diferentes contextos de atuação do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS), ou “espaços discursivos”, a saber: “na academia, na mídia, em conferências, repartições, sistema judiciário, instituições religiosas, hospitais”. (idem)

Além disso, das quatro Atividades propostas aos alunos, apenas a de número 3 sugere que se faça relação com situações concretas:

Leia os dois textos abaixo e redija um texto, destacando pontos que chamaram a sua atenção (aspectos positivos e negativos). Procure fazer elos com as suas experiências pessoais, trazendo exemplos e pensando o contexto e as demandas do tradutor/intérprete de LIBRAS/Português. (idem)

Quanto à Teoria, verifica-se no texto-base que o dimensionamento específico do perfil e do fazer do intérprete de Língua de Sinais tem como referências o balizamento legal, a fundamentação linguística e exemplos de códigos de ética. Adicionalmente, aparece breve genealogia da auto-organização da categoria.

Do ponto de vista formativo, pergunta-se: *é possível discutir as representações do ser intérprete de Língua de Sinais e os variados condicionantes do seu exercício profissional, assim como as implicações sociopolíticas de atuar na afirmação da diferença em função da igualdade ou ainda as discriminações de que o intérprete pode ser*

*vítima (ou mesmo agente) apenas à luz da lei, da linguística, ou dos códigos de conduta?*

Tanto a legislação que estabelece diretrizes curriculares para os Cursos de Letras quanto a literatura acadêmica indicam que a resposta a ambas as questões é *não*.

O Parecer nº 492/2001, do Conselho Nacional de Educação - CNE / Câmara de Educação Superior - CES, consubstanciado pela Resolução CNE/CES 18/2002, define que o Curso de **Letras** visa:

à formação de profissionais que demandem o domínio da língua estudada e suas culturas para atuar como professores, pesquisadores, críticos literários, **tradutores, intérpretes** [...] entre outras atividades (BRASIL, 2001) [*grifo nosso*]

Referido parecer sustenta que os conteúdos curriculares desse Curso devem:

**articular a reflexão teórico-crítica com os domínios da prática** – essenciais aos profissionais de Letras, de modo a dar prioridade à abordagem intercultural, que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de **desenvolver o espírito crítico frente à realidade**. (BRASIL, 2001). [*grifo nosso*]

A literatura consultada, por sua vez, mostra que, do real, emergem fatores condicionantes da identidade e do exercício profissional, que demandam adequada elaboração crítica e reflexiva nos processos formativos de TILS.

Um exemplo disso é o fato de que muitos brasileiros que se tornaram TILS o fizeram por sua condição de filhos ou amigos de surdos, por afinidade religiosa, por promessa feita de ajudar surdos, o que suscita uma abordagem da profissão como ato de caridade, cuidado, missão, e de seus agentes como pessoas pacientes e bondosas. (GURGEL, 2010; LACERDA, 2010; ASSIS SILVA, 2011; GUARINELLO et al, 2008).

Há percepções do TILS como mero colaborador ou facilitador de comunicação (ANATER e PASSOS, 2010; ALMEIDA, 2010) – possivelmente com base na crença de que conhecer a língua de sinais habilita qualquer um a atuar como intérprete (ALMEIDA, 2010) – e também como professor particular do surdo (GURGEL, 2010). O desconhecimento do papel ou as representações equivocadas sobre os TILS suscitam práticas discriminatórias (LIMA, 2006) e até mesmo hostilidade por parte de alunos surdos que julgam poder fazer-lhes todo tipo de exigência (GURGEL, 2010).

Em face do exposto, formula-se a seguinte questão: *como assegurar a necessária abordagem crítica e reflexiva à formação do TILS?*

Este artigo busca respondê-la, e testa a hipótese de que isso será possível por meio da articulação, na matriz curricular a ser desenhada, de conhecimentos do campo das Ciências Sociais na problematização da identidade e do trabalho desse profissional.

A literatura examinada alicerça a testagem dessa hipótese quando sustenta a necessidade de formação sólida do TILS, compreendendo – além da construção de conhecimentos e competências não apenas na LIBRAS mas igualmente na Língua Portuguesa (LACERDA, 2010) – o domínio de diversas áreas do conhecimento, bem como da ética e do profissionalismo (ANATER e PASSOS, 2010; GURGEL, 2010), e o amplo conhecimento de mundo (ALMEIDA, 2010; GURGEL, 2010; LACERDA e GURGEL, 2011).

Nesse teste, um episódio real da atuação de uma Intérprete de Língua de Sinais será posto em perspectiva nos termos do Método do Caso e submetido à análise à luz de formulações teóricas da Ciência Política e da Sociologia.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Considerações teórico-metodológicas

#### 2.1.1 Por uma formação crítico-reflexiva

O exercício profissional de um TILS não se dá apenas nos termos de uma profissão regulamentada, de uma prática analisável linguisticamente, ou de uma conduta balizada em códigos.

Como qualquer trabalhador, o egresso de um Curso nessa área buscará inserção em um mundo do trabalho que não mais se caracteriza pela estabilidade de sentidos (*de profissão; de emprego; de local de trabalho*), mas se subordina de modo crescente a uma racionalidade que instrumentaliza, espolia, danifica e descarta o ser humano em função da acumulação material, e ainda faz com que cada trabalhador seja visto – e se perceba – como o único responsável pelo sucesso ou não de sua empregabilidade.

Em reelaboração figurativa de uma máxima dos cientistas sociais da primeira geração da Escola de Frankfurt – “a maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão” (ADORNO e HORKHEIMER: 1985, p. 46), tal racionalidade constantemente nos mobiliza para a miragem do progresso ao passo que nos impõe o deserto real da regressão.

No caso do futuro profissional em tela, enquanto o ideal de progresso desejável corresponderia ao seu papel na quebra de barreiras à informação e à comunicação enfrentadas por surdos e surdocegos, o real da regressão corresponde ao efetivo lugar desse trabalhador no processo de precarização do trabalho no mundo globalizado.

Esse processo abarca formas de contratação e remuneração aviltantes, na terceirização – ou ampliadas das desigualdades, na contratação individual de intérprete particular. Pesquisa recente indica que:

Contratação do intérprete tem ocorrido por meio de contrato efetivo (47%), mas também contrato temporário (26%), autônomo (21%) e estagiário (5%). (MARTINS: 2009, p. 110).

Jornadas não regulamentadas ou desumanas, más condições de trabalho e abusos de poder nas relações interpessoais em ambiente de trabalho podem atentar contra sua saúde física e mental,<sup>8</sup> algo que a literatura examinada corrobora:

29% dos entrevistados atuam mais de 31 horas, em um trabalho bastante exaustivo, principalmente porque a maioria deles atua em mais de uma instituição ou em outros locais. [...] Nos depoimentos, temos alguns relatos de que a maioria deles não tem revezamento. [...] Dessa maneira, muitos deles apresentam-se solitários ainda nesta profissão, manifestando estresse, dores musculares e sofrendo muita cobrança, não só por parte da instituição, mas também por parte dos alunos surdos. (GURGEL: 2010, pp. 104-105).

56% dos intérpretes não possuem nenhuma doença, porém 17% atestam Lesão por Esforço Repetitivo (LER), e 9% atestam doenças musculares crônicas ocasionadas pelo trabalho como intérprete. 13% dos intérpretes não se sentiram contemplados em nenhuma das alternativas e apenas 5% submetem-se a terapia psiquiátrica ou psicológica. (MARTINS: 2009, p. 104).

Tão relevante, na formação desse profissional, quanto esse olhar crítico sobre o mundo do trabalho hoje, é um olhar reflexivo sobre a identidade desse trabalhador.

Assis Silva (2011), em tese de doutorado em Antropologia Social sobre o processo de constituição da surdez como particularidade étnico-linguística, com foco no papel de instituições e agentes religiosos cristãos, afirma:

o intérprete [de língua de sinais] – primeiramente um agente missionário e posteriormente um profissional laico – é de fato e direito uma produção protestante. (ASSIS SILVA, 2011: 205).

<sup>8</sup> Sobre essas e outras formas de violência no trabalho, ver Minayo-Gómez (2005). O estresse pode dar origem à síndrome de *burnout*, "condição de sofrimento psíquico relacionado ao trabalho", que pode ser agravada pelos tempos, ritmos e duração das jornadas (VIEIRA, 2006). A cobrança desmedida pode tomar forma de *assédio moral*, quando se desqualifica e fragiliza o outro de modo constante (HELOANI, 2004). Sobre LER/Dort, ver Brasil (1999).

Considerando-se plausível tal assertiva – calçada em pesquisa etnográfica, análise documental e entrevistas – cabe refletir, por exemplo, sobre os papéis da religião no exercício da profissão.

Que lugar têm os valores religiosos no balizamento da conduta do intérprete? De que maneira a trajetória de interpretação em contexto religioso se reflete na adoção de sinais e estratégias comunicativas em contextos laicos? Professar ou não determinada orientação religiosa, para o intérprete, é indiferente ou tem efeito diferencial – de *acessar oportunidades* ou *enfrentar barreiras* no mercado de trabalho? Em que medida a *orientação religiosa* – seguir uma ou outra ou não seguir nenhuma – pode se tornar um quesito valorativo que dê origem a práticas discriminatórias da parte de empregadores, de pessoas surdas ou de outros intérpretes?

Faz-se necessário, igualmente, um movimento reflexivo sobre o que falta no estatuto político do TILS – lugar nos debates sobre políticas linguísticas, políticas de acessibilidade, políticas de educação – e o que sobra em seu estatuto identitário: estereótipos acerca do sentido de sua atuação. Os mecanismos que o tornam invisível no debate das políticas ou visivelmente deformado nas representações sobre seu papel podem ser analisados como instâncias de violência simbólica<sup>9</sup> contra esse profissional.

Os sentidos do trabalho do TILS podem e devem ser dimensionados nesses exercícios crítico-reflexivos. Daí a importância de que a Ética, como componente curricular de sua formação, não seja um discurso que, mesmo involuntariamente, corrobore a racionalidade vigente no sentido de *conduzi-lo a corresponder a ou a superar expectativas colocadas pelo empregador na relação de trabalho*.

Tal perspectiva pode ser depreendida, por exemplo, do item 2.1 – *Empregando princípios éticos na profissão* – do texto-base do Curso Letras-LIBRAS, da UFSC:

[...] ao aceitarmos um trabalho ou emprego, precisaremos **saber o que esperam de nós** para o desempenho das atividades: *o que e como* fazer deve estar claro para o profissional, assim ele pode realizar sua função com mais tranquilidade e confiança, ou seja, **sem outra pessoa necessariamente conferindo seus passos**. Diante deste cenário cabe ao profissional perguntar: "estou sendo um bom profissional?", "realizo corretamente minha função?", ou ainda "há algo que eu poderia fazer para **realizar de forma mais eficaz** as minhas atividades?". [...] saiba que várias oportunidades de trabalho poderão surgir, mas você deverá estar atento e preocupado em **ser um pouco melhor a cada dia** em sua profissão.

<sup>9</sup> Todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força. (BOURDIEU e PASSERON, 1982, p. 19)

Ética tem que ver também com a perspectiva da **superação individual**, de buscar melhorar a fase de sua vida, aprendendo e/ou experimentando novas formas de exercer as atividades. (UFSC, 2008) [grifo nosso]

Se *ethos*, entre os gregos, como lembra o psicólogo social Lastória (2001), originalmente era a morada humana e, para Aristóteles (2010), era o conjunto de hábitos e ações que visam ao bem comum de uma comunidade; se a Ética pode ser definida como o discurso racional sobre nosso papel na humanização do mundo em que vivemos, então o seu papel em processos formativos deve ser repensado.

A Ética, no currículo, deve ser um exercício de crítica do real, feito em colaboração com o profissional em formação e futuro trabalhador, na perspectiva de que sua atuação venha a ajudar na tarefa de humanização do mundo, por meio de práticas destinadas tanto a ampliar a autonomia de cada sujeito em interlocução – seja surdo, surdocego ou ouvinte – quanto a assegurar a pluralidade no espaço público – o espaço aberto onde se dá, em regime de igualdade, a interlocução de seres humanos diferentes e singulares dedicados a deliberar coletivamente ações para o bem comum.

### 2.1.2 Ética e cidadania: bases teóricas

Rowe (1991) assinala que os pensadores da Grécia Antiga refletiam sobre Ética em dois termos: *eudaimonia* e *areté*, respectivamente, *felicidade* e *virtude*. O que seria uma boa vida para se viver, visando alcançar a felicidade, perguntavam os filósofos? Para Sócrates e Platão, segundo Rowe, uma possível resposta seria uma *vida virtuosa*, em que virtude abrangeria atributos tais como *justiça, coragem, sabedoria, moderação*.

A própria decisão de Sócrates de morrer por aquilo em que acreditava implicou uma *realização*, não por prazer ou interesse próprio, mas por amor ao *saber*, pela *moderação* de acatar o cumprimento da lei, pelo entendimento de que a causa era *justa*, e pela *coragem* de, por ela, desafiar a morte.

Segundo Rowe, o argumento utilizado por Aristóteles e Platão para conectar a noção de *eudaimonia* à noção de *areté* resumia-se a três assunções: (1) tudo no mundo tem uma função; (2) o bom viver, a *eudaimonia*, consiste no desempenho bem-sucedido dessa função; (3) possuir a *areté* relevante é condição para a performance bem sucedida dessa função. Realizar essa função parece estar ligado à ideia de fazer o que é certo, o que é justo. Não fazê-lo seria vergonhoso, sugere Sócrates.

Aristóteles, ainda segundo Rowe, localiza a origem desse *insight* ético na própria experiência de vida: saber como agir, qual é a coisa certa a fazer, demanda, entre outras coisas, o contato direto com situações práticas.

Para o pensador alemão Immanuel Kant, a questão “o que eu deveria fazer?” também é central em suas reflexões sobre Ética. Segundo O’Neill, ele busca identificar as máximas, os princípios fundamentais da ação, os quais deveríamos adotar. Tais princípios, para o filósofo, deveriam ser passíveis de adoção por uma pluralidade de agentes, sem relação direta com seus desejos ou suas relações sociais.

Kant speaks of action that would have to be done by anyone who had a morally worthy maxim as action ‘in accordance with duty’. Such action is obligatory and its omission is forbidden.<sup>10</sup> (O’NEILL *apud* SINGER, 1991: 177).

A ética kantiana funda-se no respeito às pessoas e à dignidade humana, e se opõe, nesse sentido, à indiferença. Ser autônomo, na perspectiva kantiana, é agir moralmente.

Uma elaboração da experiência social pautada por tais princípios é preocupação teórica do sociólogo Gabriel Cohn, que discute a noção de *civilidade*, relacionando-a a uma dialética entre a

renúncia consciente a certos atos que possam agredir o outro, ao mesmo tempo o desenvolvimento de uma individualidade autônoma não circunscrita externamente por um quadro fechado de convenções. (COHN, 2006: 18).

Esse autor busca uma reflexão que articule a dimensão universalista dos direitos à dimensão contextualizada da virtude, do exercício virtuoso da cidadania. Ele vislumbra essa articulação na contraposição da *responsabilidade* à *indiferença*:

Nessa perspectiva, a responsabilidade não envolve a mera capacidade ou o dever de responder por algum ato. Envolve também a capacidade e o dever (ético, não legal) de identificar o interlocutor a quem responde (que pode ser, no limite, a humanidade toda, em cada um de seus representantes). É nesse sentido que ela se contrapõe à indiferença. [...] a responsabilidade, a exigência da responsabilidade, passa pela quebra dos mecanismos de indiferença estrutural em nossas sociedades. A indiferença estrutural é a destruição, é o ponto extremo da negação da civilidade. (idem: 26-27)

Nas sociedades modernas, busca-se com dificuldade superar a indiferença estrutural por meio de eleições democráticas, que, segundo o cientista político Cícero Araújo, “estimulam o ‘circuito’ da representação política”, visando “estabelecer um *elo contínuo*, de um lado, entre

<sup>10</sup> Kant fala da ação que teria que ser feita por qualquer pessoa que tivesse uma máxima moralmente legítima como a ação ‘em conformidade com o dever’. Tal ação é obrigatória e sua omissão é proibida.

governantes e governados e, de outro, entre os próprios governados” (ARAÚJO, 2008: 25). Segundo esse autor, a política moderna desenvolveu-se de modo articulado à exigência de que a opinião se tornasse pública – um elemento-chave para o exercício da cidadania:

[a opinião pública] sujeita ao exame de todos através do ouvir e do falar, criticável, revisável e posta a serviço de uma sociedade que se vê, ela mesma, em contínua transformação. Em vez de um depósito estático, a opinião pública é um fluxo, uma corrente que ‘liga’ os cidadãos entre si e relaciona, nas formas contraditórias da cooperação e da contestação, o Estado a essa mesma cidadania. (idem: 27)

O cientista político relaciona essa noção de opinião pública à comunicação, suas instituições e meios, e a sua grande capacidade de influência e poder: na interface com a esfera política, não se trata apenas de buscar informação, mas de “formar opinião... com vistas a produzir uma vontade... realizar um propósito, o qual se legitima no próprio processo comunicativo” (idem: 27-28).

Nesse sentido, pode-se pensar que o fluxo da comunicação como instrumento de cidadania se contrapõe ao processo global de racionalização das sociedades modernas. Como aponta Araújo, tal processo – de maneira anônima e silenciosa – mecaniza as relações sociais “com vistas à maior eficácia possível de um propósito que, geralmente, escapa ao controle dos que compõem essas relações” com sua “propensão a eludir o exame, o escrutínio”, sua “tendência à opacidade, e não à pluralidade” (idem: 28).

Um aspecto dessa racionalização a que se refere o pesquisador diz respeito ao desenvolvimento da moderna organização burocrática, pautada em eficácia e eficiência; segredo; arquivo; impessoalidade; observância de regras. Segundo seu principal teórico, o sociólogo alemão Max Weber, na burocracia:

[...] a posição do funcionário tem a natureza de um dever. [...] O ingresso num cargo, inclusive na economia privada, é considerado como a aceitação de uma obrigação específica de administração fiel, em troca de uma existência segura. É decisivo para a natureza específica da fidelidade moderna ao cargo que, no tipo puro, ele não estabeleça uma relação *pessoal*, como era o caso da fé que tinha o senhor ou patriarca nas relações feudais ou patrimoniais. A lealdade moderna é dedicada a finalidades impessoais e funcionais. (WEBER, 1982).

Adorno (2006) suscita a reflexão de como essa racionalidade moderna nos coloca em situação de heteronomia, não apenas por meio da alienação implicada na produção capitalista e na administração burocrática, mas, sobretudo, porque somos condicionados a ser

determinados a partir de fora, o que faz de nós meros instrumentos do processo de acumulação material e reprodução da ordem social, via adaptação e subordinação acrítica à lógica de metas e resultados.

Tal postura, que nos é inculcada desde muito cedo, possibilita, no extremo da racionalização, o que supostamente lhe seria oposto: a barbárie, a ação anti-humana.

Em face dessa racionalidade, o autor advoga uma prática formativa que exercite com o estudante a crítica esclarecedora da condição humana real, na perspectiva de ampliar as possibilidades de autonomia – retomada, pelo sujeito, de sua capacidade de leitura e elaboração do mundo, bem como de intervenção qualificada no espaço público como cidadão – com vistas à construção da emancipação humana.

É na perspectiva de propor o exercício dessa crítica e dessa interlocução na formação de TILS que é apresentada a seguir uma metodologia de ação pedagógica que tem por alicerce a elaboração dialogada do sentido de uma experiência concreta.

### 2.1.3 O Método do Caso

O Método do Caso foi criado por Christopher Langdell, ainda na condição de estudante de graduação de Direito da Universidade Harvard (Estados Unidos), no final do século XIX, depois aplicado na Faculdade de Direito da qual ele se tornaria Diretor e, posteriormente, adotado pela Instituição no início do século XX. (MENEZES, 2009).

Inicialmente estendido à área de Administração (formação de executivos), o Método é hoje utilizado também na unidade de Políticas Públicas e Gestão de Harvard, a John F. Kennedy School of Government, principal produtora de Casos – a partir de entrevistas com tomadores de decisão e de pesquisa documental – e seu principal repositório mundial – cerca de 2.000 Casos, que cobrem 33 áreas de políticas públicas.<sup>11</sup>

A pesquisadora em Administração Ana Coelho César utiliza a definição de Erskine et al. (1981), segundo a qual:

[...] um caso é a descrição de uma situação administrativa recente, comumente envolvendo uma decisão ou um problema. Ele normalmente é escrito sob o ponto de vista daquele que está envolvido com a decisão e permite aos estudantes acompanhar os passos de quem tomou a decisão e analisar o processo, decidindo se o analisaria sob enfoques diferentes ou se enveredaria por outros caminhos no processo de tomada de decisão. (ERSKINE *apud* CESAR: 2005, p. 10)

Com base na autora (CESAR: 2005), em linhas gerais um Caso deve propiciar ao estudante:

<sup>11</sup> Fonte: [https://www.case.hks.harvard.edu/content/About\\_the\\_Case\\_Program.html](https://www.case.hks.harvard.edu/content/About_the_Case_Program.html). Acesso em 1 de junho de 2012

1. Uma situação real – acrescida de fatos, opiniões, preconceitos sobre o ocorrido – que corresponda a conceitos em estudo em disciplina(s) curricular(es);
2. Uma conexão entre a experiência do profissional em formação e a teoria considerada para a possível resolução do caso;
3. O desenvolvimento das habilidades de análise, discussão, negociação, síntese e tomada de decisão tanto de forma individual quanto em grupo e em plenário;
4. O desenvolvimento de atitudes e comportamentos relevantes para sua futura atuação profissional.

No entanto, a mesma pesquisadora, com base na perspectiva da Universidade Harvard, enfatiza a diferença entre ensinar *usando Casos* e adotar o *Método do Caso* como uma escolha metodológica.

Segundo ela, a adoção do método não se confunde com realizar um exercício em formato de Caso, mas implica que a base do processo de ensino e aprendizagem seja a participação direta de alunos e professores, em uma prática de reflexão e compartilhamento de experiências. Os Casos, derivados da experiência de profissionais, serão preparados por escrito, lidos, estudados e debatidos.

A busca da compreensão de um fenômeno se dá pela análise da aderência das evidências do Caso à teoria inicialmente proposta. O professor, além de buscar o Caso ou confeccioná-lo com um conjunto de dados reais, define os conteúdos teóricos e formula questões que possam instigar a discussão, valorizando a criatividade e a divergência de opiniões. O método tem plasticidade, uma vez que em face de um mesmo Caso, diferentes alunos e professores podem definir também diferentes resoluções plausíveis. (CESAR, 2005).

Mesmo considerando as ressalvas da autora quanto ao referido Método – de que não se aplica a todas as necessidades da situação de ensino e aprendizagem, e de que há disciplinas para as quais inclusive não é a escolha mais adequada – para fins de se pensar a formação crítico-reflexiva de TILS, objeto do presente artigo, ele se mostra potencialmente útil. Pesquisadores que analisaram aspectos da formação desse profissional postulam o papel de estudantes e professores na configuração de espaços de debates e construção de conhecimentos – inclusive para discussão da atividade interpretativa – bem como o reforço da relação teoria-prática. (ALMEIDA, 2010; GURGEL, 2010).

Devem ser consideradas igualmente as gradações sugeridas pela pesquisadora Ana Coelho César:

[...] no decorrer do plano de ensino o professor pode ir trabalhando o mesmo caso aprofundando cada vez mais o nível de análise do mesmo, de modo que os alunos possam entrar em contato com as possíveis implicações de suas decisões à medida que conheçam mais as questões teóricas que subsidiem a resolução do caso; uma alternativa a isto é a utilização de casos interdisciplinares, notadamente para alunos que estejam em etapas mais avançadas de ensino, nas quais já tenha sido apresentado um corpo teórico suficiente para perceber as inter-relações entre temas.

A aprendizagem para atuação profissional é um processo de longo prazo, onde se percebe que a maturidade para análise, resolução de problemas e tomada de decisão vem sendo construída ao longo de um tempo, que pode ser o da graduação, o do efetivo exercício profissional (seja em estágios ou já como profissional formado) ou em programas de pós-graduação, nível cada vez mais exigido para colocação e crescimento profissional. (CESAR: 2005).

Para fins demonstrativos destas considerações e de exame da hipótese levantada na Introdução do presente artigo, o item 2.2 apresenta um Caso a partir do qual se discute um tema – *conduta ética do profissional* – de uma possível disciplina para a qual se adotaria a proposta metodológica do Método do Caso.

Tal disciplina integraria a matriz curricular de um curso superior de formação dos profissionais em tela.

## 2.2 O Caso Natalia Dmytruk

Em 2004, na Ucrânia – país da Europa Oriental, cuja capital é Kiev – um fato inusitado alterou os rumos de um processo eleitoral para a presidência da república que parecia definido. (BOUSTANY, 2005; REPORTERS WITHOUT BORDERS, 2005).

O candidato do presidente Leonid Kutchma era o primeiro-ministro Viktor Yanukovich – também apoiado pelo então presidente russo Vladimir Putin – e aparecia ligeiramente à frente nas pesquisas divulgadas oficialmente. Mas havia forte mobilização popular em torno do candidato de oposição, Viktor Yushchenko, cujos apoiadores levantavam a suspeita de fraude eleitoral. O destino do povo ucraniano e o peso da posição russa uma vez mais se cruzavam na história desse país.<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Entre os anos 20 e o início dos anos 90, do século XX, o país integrou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, liderada pela Rússia. Durante os anos de 1932-33, o processo de coletivização forçada da agricultura, ordenado por Stálin, produziu um genocídio, o *Holodomor*: cerca de 4 (quatro) milhões de pessoas deliberadamente mortas pela fome. Mesmo após o fim da URSS, a Rússia não o reconhece como crime contra a humanidade e bloqueia as tentativas ucranianas de obter apoio internacional a uma Resolução das Nações Unidas sobre o tema. Fonte: Human Rights in Ukraine, website da organização ucraniana Kharkiv Human Rights Protection Group. Disponível em [www.khpg.org](http://www.khpg.org). Acesso em 13 de junho de 2012.

A julgar pelo relatório da organização *Repórteres sem Fronteiras*, o regime então vigente na Ucrânia parecia não admitir contradição, uma vez que a campanha das eleições presidenciais, naquele ano, fora marcada por ataques à liberdade de imprensa: cobertura parcial; censura, especialmente na rede estatal; ataques físicos a jornalistas; controle de mídia local e internacional, etc.

A imprensa do país rebelou-se de várias maneiras: abaixo-assinados; pedidos coletivos de demissão; manifestações em frente aos estúdios; greves. Mas o episódio que mudou a dinâmica do processo eleitoral foi a iniciativa de uma profissional da TV Estatal ucraniana, Natália Dmytruk, cuja função era fazer a interpretação, para a língua de sinais da comunidade surda de seu país, das notícias veiculadas pela Rede.

Essa mulher, de 48 anos, nasceu em família de pais surdos e teve a Língua de Sinais como primeira língua. Ela expôs o que sentiu ao passar com seus filhos jovens pela Praça da Independência, onde manifestantes da oposição se concentravam, denunciando fraude eleitoral: “it was that special spirit and energy of people coming together, uneasily at first, but looking in the same direction.”<sup>13</sup>

Sua rotina de interpretar fielmente as palavras da Rede Estatal – que, como os manifestantes, julgava não serem verdadeiras – começou a lhe incomodar:

‘I was observing it from both sides, and I had a very negative feeling,’ she said. ‘After every broadcast I had to render in sign language, I felt dirty. I wanted to wash my hands.’<sup>14</sup>

Em seu posto, no dia 25 de novembro de 2004, uma vez mais teria essa missão, agora interpretando para todo o país o anúncio do resultado oficial das eleições no noticiário das 11 da manhã. Mas Natalia Dmytruk decidiu dizer a verdade. E colocou em seu pulso uma fita da cor laranja, a cor do movimento social que ocupava as praças: ela sabia que, ao sinalizar, seria notado o símbolo de seu engajamento na causa. ‘I was sure I would tell people the truth that day,’ she said. ‘I just felt this was the moment to do it.’<sup>15</sup>

E assim fez, na janela destinada ao Intérprete de Língua de Sinais. O apresentador do telejornal anunciava os resultados informados pelo Comitê Eleitoral, que davam a suposta vitória do candidato governista, enquanto Natalia interpretava. Mas, de repente, ela “não estava mais escutando” – e passava a sinalizar isto:

<sup>13</sup> Era aquela magia especial e a energia das pessoas se unindo, inseguras no começo, mas olhando na mesma direção.

<sup>14</sup> “Eu estava observando de ambos os ângulos, e eu tinha uma sensação muito ruim”, disse ela. ‘Após cada transmissão que eu tinha que interpretar em língua de sinais eu me sentia suja. Queria lavar minhas mãos’.

<sup>15</sup> “Eu estava certa de que diria a verdade às pessoas naquele dia”, disse ela. ‘Eu senti que era o momento de fazê-lo.’

I am addressing everybody who is deaf in the Ukraine. Our president is Victor Yushchenko. Do not trust the results of the central election committee. They are all lies. And I am very ashamed to translate such lies to you. Maybe you will see me again.<sup>16</sup>

Perguntada se não teria agido espontaneamente, e se não temia pelas consequências profissionais, ela disse:

No, I thought about it for a long time. There was such a lot at stake. I knew I was risking instant dismissal. But I had to do it because deaf people only have the news on UT-1. I needed to apologise for lying to them by giving the false official results making Yanukovich the new president. [...] I really thought I’d be punished but to my great surprise, nobody criticised me after the news programme. My colleagues, who didn’t know beforehand what I was going to do, were amazed. They gathered in the news room to talk about it and gave me full support. Then they asked management for more editorial freedom and I wasn’t sacked.<sup>17</sup>

Na sequência, outros jornalistas passaram também a desafiar o controle e a denunciar a fraude eleitoral para o público, inclusive indo à greve. Aumentou a pressão popular, e novas eleições foram convocadas para dezembro, agora sob inspeção internacional. No novo pleito, elegeu-se o candidato da oposição.

### 2.3 Uma possível análise do Caso Natalia Dmytruk

O episódio das eleições ucranianas e a iniciativa da intérprete Natalia Dmytruk, no exercício de uma função pública – o *insight* ético que teve diante de uma situação prática – trazem à tona alguns dos conceitos estudados.

Natalia exemplifica a articulação das noções do pensamento grego de *eudaimonia* e *areté*, quando desafia sua própria segurança e sobrevivência – que lhe estariam asseguradas, caso se limitasse a cumprir as ordens superiores e a observar seu código de conduta – para agir em favor do interesse de todos.

<sup>16</sup> “Eu estou me dirigindo a todas as pessoas que são surdas na Ucrânia. Nosso presidente é Viktor Yushchenko. Não confiem nos resultados do comitê central de eleições. São mentiras... E eu me sinto envergonhada de traduzir tais mentiras para vocês. Talvez vocês me vejam novamente.”

<sup>17</sup> “Não, eu pensei a respeito um longo tempo. Havia muita coisa em jogo. Eu sabia que estava me arriscando a uma demissão sumária. Mas eu tinha que fazê-lo porque as pessoas surdas somente acessam as notícias no [canal] UT-1. Eu precisava me desculpar por mentir a elas dando resultados oficiais falsos que faziam de Yanukovich o novo presidente. [...] Eu realmente pensei que seria punida, mas, para minha grande surpresa, ninguém me criticou após o noticiário. Meus colegas, que não sabiam de antemão o que eu iria fazer, ficaram estupefatos. Eles se reuniram na sala de notícias para conversar a respeito e me deram todo apoio. Então eles demandaram à gerência mais liberdade editorial e eu não fui demitida.”

Os mandatários da Ucrânia agiam como déspotas em relação ao povo, maximizando seu poder como um fim em si mesmo e fazendo da participação de eleitores na votação apenas um meio para tal desígnio. Ela, ao contrário, age pautada em uma consideração kantiana, de respeito ao outro e à dignidade humana.

O exercício do direito político implica a possibilidade de confrontar, de contrastar, e isso não era possível na Ucrânia, em face dos variados ataques governamentais à liberdade de imprensa e, conseqüentemente, à formação da opinião pública, base para a conformação da vontade política. Tal postura dos agentes do Estado pode ser retratada pelas palavras de Cícero Araújo:

Se por 'Soberano' entendemos de fato um superior incontestável, a autoridade acima da qual não há recurso, somos tentados a imaginar uma figura que, eventualmente, de posse dos fatores de poder para tanto, venha a agir de forma sistematicamente arbitrária e tirânica, desrespeitando suas próprias leis, perseguindo, prendendo e arrebatando seus súditos. (ARAÚJO, 2005: 312).

Recordando Sócrates e Kant, vê-se que Natalia usou a razão, refletiu e deliberou que era seu *dever* agir, e que não fazê-lo – ou continuar traduzindo mentiras para os surdos e para o público – seria vergonhoso. Um desafio era o fato de que os TILS, como categoria profissional, possuem códigos de conduta nos quais figuram como deveres a “fidedignidade à mensagem veiculada”, a “imparcialidade” e a “não interferência no ato da interpretação”, na forma de “conselhos ou opiniões.” (QUADROS, 2004; NAD-RID, 2005).

A intérprete ucraniana viu-se diante de um *dilema moral*: as duas alternativas que a ela se apresentaram eram igualmente justas e valorizadas, e ela teve que tomar posição em uma situação dramática, na qual o destino de uma nação estava sendo traçado: deveria ela exercer eticamente sua profissão e interpretar fielmente as palavras sabidamente mentirosas do presidente do Comitê Eleitoral ou exercer eticamente a sua cidadania e, depois de interpretar, desmascará-lo em rede nacional?

Tomar decisões em situações dilemáticas é um dos meios de alcançar a autonomia. À luz das reflexões da cientista política Thamy Pogrebinschi (2004), pode-se

sugerir que ela tenha realizado um ato de desobediência civil, pois: (1) agiu conscientemente; (2) agiu sem usar a violência; (3) demonstrou estar identificada a um grupo (os manifestantes) (4) agiu publicamente; (5) submeteu-se aos rigores da lei, quando afirmou perante a nação que poderia sofrer as conseqüências de seu ato e não se evadiu da emissora onde atuava; (6) imprimiu um sentido coletivo a seu ato.

O ato da Intérprete ucraniana dialoga com a noção de *civilidade*, tal qual conceituada por Cohn (2006), uma vez que ela superou um quadro fechado de convenções – no caso, as prescrições do código de conduta de sua categoria profissional – e desafiou a indiferença estrutural que o Estado ucraniano tentava impor.

Natalia, ao assumir o risco e a responsabilidade; ao desafiar as prescrições de seu cargo e seu dever na burocracia estatal, nos termos weberianos, fez com que viesse à tona, por seu intermédio, a dimensão ativa do sujeito político que se constitui também com base na livre formação da opinião pública, capaz de fazer frente aos aspectos antipolíticos da racionalização das sociedades modernas, que muitas vezes favorecem a opacidade em lugar da pluralidade, conforme as considerações de Araújo (2008).

A Intérprete atuou tanto para ampliar a autonomia de seu público específico – a comunidade surda de seu país – como sujeitos políticos significativos no conjunto da sociedade, quanto para assegurar a pluralidade, condição para a existência da política.

Dessa forma, por meio da Língua de Sinais Ucraniana, afirmou, ao mesmo tempo, a *diferença* ligada à surdez e o direito *igual* de todos os ucranianos à verdade e à liberdade de constituir seu próprio governo.

O direito de ter, novamente, a história nas mãos.

## 2.4 Profissão: Intérprete

Considerados os fundamentos teóricos e metodológicos expostos, o caso apresentado e sua análise sugerem que a validação da potencial contribuição das Ciências Sociais à formação crítico-reflexiva de TILS tome a forma de planejamento de unidade temática de uma possível disciplina que integraria um curso superior de Graduação em Letras destinado à formação e habilitação desses profissionais:

**Disciplina:** PROFISSÃO: INTÉRPRETE – Perspectiva das Ciências Sociais I

**Objetivo geral:** Qualificar conceitual e instrumentalmente o estudante para a análise crítica e a ação reflexiva relacionada à profissão de TILS, em diálogo teórico e metodológico com autores das Ciências Sociais (módulo I: sociologia e ciência política; módulo II: antropologia e psicologia social).

**Abordagem metodológica:** Método do Caso (Harvard)

**Tema 1:** Conduta ética do profissional.

**Objetivo específico:** construir individual e coletivamente a compreensão e a aplicação de conceitos relevantes da sociologia e da ciência política ao exame crítico do tema da conduta profissional ética em sua área de atuação.

**Habilidades a desenvolver:** ler e analisar textos; pesquisar vocabulário específico; pesquisar sobre culturas e práticas políticas diferentes; identificar pontos críticos relacionados à conduta do TILS; expressar e assimilar pontos de vista favoráveis e contrários a uma conduta profissional adotada; construir e sustentar argumentos em debate; construir coletivamente sínteses relativas a posicionamento em face de determinada questão; analisar comparativamente códigos de conduta.

**Campos do conhecimento e respectivos conceitos mobilizados:** Sociologia (burocracia, movimento social, opinião pública); Ciência Política (estado, cidadania, espaço público, desobediência civil).

**Caso 1:** Natalia Dmytruk

**Fontes documentais:** notícia publicada no jornal norte-americano Washington Post; relatório anual sobre a Ucrânia da Organização Não Governamental Repórteres sem Fronteiras, ambos datados de 2005; códigos de conduta profissional (Brasil, EUA).

**Data e Localização do Evento ou Processo:** 2004, Ucrânia, Europa.

**Contexto:** eleições gerais presidenciais.

**Personagens:** Natalia Dmytruk, intérprete de língua de sinais da TV Estatal Ucraniana; Viktor Yanukovych, candidato da situação; Viktor Yushchenko, candidato da oposição; comunidade surda ucraniana; sociedade ucraniana.

**Questões:** (1) Que fatores – históricos, políticos, profissionais, pessoais – condicionaram a decisão tomada por Natalia Dmytruk? (2) Analise tal decisão da perspectiva dos surdos, da sociedade ucraniana em geral, da Intérprete e do Estado que a empregava. (3) Natalia fez a coisa certa? Por quê? (4) Com base nos códigos de conduta e no Caso Natalia Dmytruk, redija uma proposta de norma que contemple o significado da experiência vivida pela TILS ucraniana.

## CONCLUSÃO

O presente artigo dimensionou o potencial de contribuição do campo das Ciências Sociais ao propósito de se conferir um caráter crítico e reflexivo à formação profissional de TILS.

A partir de uma revisão de literatura concernente a essa profissão, tratou-se do tema da conduta profes-

sional ética, sob o ponto de vista teórico, e em termos metodológicos, considerou-se o Método do Caso.

Na testagem da hipótese de que tal contribuição ajudaria a alcançar o propósito definido em um Curso de Letras a ser desenhado, elaborou-se um esboço de Caso, com base em relatos veiculados na mídia acerca de um episódio real de atuação e tomada de decisão por uma Intérprete de Língua de Sinais.

Procedeu-se, em seguida, a sua análise à luz dos conceitos da Política e da Sociologia. Por fim, elaborou-se uma proposta de planejamento de disciplina que tanto pode ser adotada na construção da matriz curricular de um novo curso de formação e habilitação dos profissionais em tela quanto eventualmente servir de subsídio para avaliação ou redimensionamento de experiências existentes.

Vários temas e conceitos apenas suscitados ao longo do texto – identidade social, estereótipo, discriminação, violência simbólica, relações de trabalho, saúde do trabalhador, políticas públicas, desigualdades sociais, democracia, comunicação pública – poderão ser objeto de futuras análises, estudos e pesquisas acerca da profissão que foi objeto deste artigo e, tanto quanto restou demonstrado em relação ao tema da conduta profissio-

nal ética, poderão beneficiar-se também da articulação de conhecimentos das Ciências Sociais, assim como processos formativos de TILS podem se beneficiar do Método do Caso para determinadas disciplinas.

Do mesmo modo, temas mais amplos como o princípio da igualdade em democracias e os direitos diferenciados de minorias linguísticas também se beneficiam da ampliação dos conhecimentos e reflexões sobre esses profissionais, como já se disse, tão relevantes para a autonomia de sujeitos singulares quanto para a pluralidade da interlocução no espaço público.

Algo que o ato singular da intérprete Natalia Dmytruk simboliza, ao extrapolar os limites da pequena janela na TV onde aparece – quiçá iluminando novos caminhos em prol da dignidade na formação e no exercício profissional dos TILS.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

ADORNO, T.W. & HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALMEIDA, E. B. de. *O papel de professores surdos e ouvintes na formação do tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais*. Dissertação de Mestrado. UNIMEP. Ano de Obtenção: 2010. Disponível em: <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/AVKAIXKODEAR.pdf> Acesso em 25 de maio de 2012.

ANATER, G. I. P.; PASSOS, G. C. R. *Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais: história, experiência e caminhos de formação*. Cadernos de Tradução (UFSC), v. 26, p. 207-236, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2010v2n26p207/14229> Acesso em 25 de maio de 2012.

ARAÚJO, C. Interesse, ética e política no serviço público. *Revista do Serviço Público (Enap)* 56(3), Jul/Set 2005, pp. 309-320. Brasília: ENAP, 2005.

\_\_\_\_\_. Estado moderno, democracia e comunicação, pp.17-30. In: KUNSCH, M. *Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas*. São Caetano (SP): Difusão Editora, 2008.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2010.

ASSIS SILVA, C. A. *Entre a deficiência e cultura: análise etnográfica de atividades missionárias com surdos*. 2011. 227f. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. São Paulo: USP, 2011.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Tradução de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOUSTANY, N. *As Ukraine watched the party line, she took the truth into her hands*. The Washington Post, 29 de abril de 2005. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2005/04/28/AR2005042801696.html> . Acesso em 10 de dezembro de 2008.

BRASIL. *Decreto 5.626, de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2005.

BRASIL. *Lei 12.319, de 2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior. *Parecer nº 492, de 3 de abril de 2001*. Brasília: CNE/CES, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf> Acesso em 25 de maio de 2012.

- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior. *Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002*. Brasília: CNE/CES, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Comitê Assessor das LER/DORT. *Protocolo de investigação, diagnóstico, tratamento e prevenção de LER/DORT*. Brasília: Ministério da Saúde, 1999.
- CESAR, A. M. R. V. C. *Método do estudo de caso (case studies) ou método do caso (teaching cases)? Uma análise dos dois métodos no ensino e pesquisa em administração*. São Paulo: REMAC - Revista Eletrônica Mackenzie de Casos, São Paulo - Brasil, v. 1, n. 1, p. 1, 2005. Disponível em <<http://www.pdf4free.com>>. Acesso em 30 de maio de 2012.
- COHN, G. *Civilização, cidadania e civismo: a teoria política frente aos novos desafios*. In: BORON, A. (org.) *Filosofia política contemporânea*. São Paulo: Clacso/Depto. de Ciência Política da USP, 2006. (p.17-29)
- ERSKINE, J. A.; LEENDERS, M. R.; MAUFFETTE-LEENDERS, L. A. *Teaching with cases*. Ontario: University of Western Ontario, 1981. In: CESAR, A. M. R. V. C. *Método do estudo de caso (case studies) ou método do caso (teaching cases)? Uma análise dos dois métodos no ensino e pesquisa em administração*. São Paulo: REMAC - Revista Eletrônica Mackenzie de Casos, São Paulo - Brasil, v. 1, n. 1, p. 1, 2005. Disponível em <<http://www.pdf4free.com>>. Acesso em 30 de maio de 2012.
- GOES, C. G. G. *Curso de Letras/LIBRAS: análise das experiências dos alunos surdos no ensino à distância do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado em Educação, realizada sob orientação de Lucila Maria Costi Santarosa. Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/29307> Acesso em 29 de maio de 2012.
- GUARINELLO, A. C.; SANTANA, A. P.; FIGUEIREDO, L. C.; MASSI, G. *O intérprete universitário da língua brasileira de sinais na cidade de Curitiba*. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Jan.-Abr. 2008, v.14, n.1, p.63-74.
- GURGEL, T. M. do A. *Práticas e formação de tradutores intérpretes de Língua Brasileira de Sinais no ensino superior*. Tese de Doutorado em Educação. Orientadora: Cristina Broglia Feitosa de Lacerda. Piracicaba, SP: UNIMEP, 2010. Disponível em: <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/XQODWSTPSJWJ.pdf> Acesso em 25 de maio de 2012.
- HELOANI, R. *Assédio moral: um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho*. RAE-eletrônica, v. 3, n. 1, Art. 10, jan./jun 2004. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- LACERDA, C. B. F. de. *Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação em espaços inclusivos*. Cadernos de Educação/FaE/PPGE/UFPEL/Pelotas [36] 133-153, maio/agosto 2010. Disponível em <http://www.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n36/06.pdf> Acesso em 25 de maio de 2012.
- LACERDA, C. B. F. de; GURGEL, T. M. do A. *Perfil de Tradutores-Intérpretes de LIBRAS (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil*. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, vol. 17, n. 3, p. 481-496, Set.-Dez., 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382011000300009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382011000300009&script=sci_arttext) Acesso em 25 de maio de 2012.
- LASTÓRIA, L. A. C. N. *Ethos sem ética: a perspectiva crítica de T. W. Adorno e M. Horkheimer*. Educação & Sociedade. vol.22 no.76. Campinas: Cedes/Unicamp, 2001.
- LIMA, E. *Discurso e identidade: um olhar crítico sobre a atuação do(a) intérprete de LIBRAS na educação superior*. Dissertação de Mestrado em Linguística pela Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2006. Disponível em: [http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2977/1/2006\\_Elcivanni%20Santos%20Lima.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2977/1/2006_Elcivanni%20Santos%20Lima.pdf) Acesso em 25 de maio de 2012.
- MARTINS, D. A. *Trajetórias de formação e condições de trabalho do intérprete no ensino superior*. Dissertação de Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas: PUCCamp, 2009. <http://xa.yimg.com/kq/groups/1665875/2048201874/name/Dileia%2520Aparecida%2520Martins.pdf> Acesso em 25 de maio de 2012.
- MENEZES, M. A. de A. *Do método do caso ao case: a trajetória de uma ferramenta pedagógica*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.35, n.1, p. 129-143, jan./abr. 2009.
- MINAYO GOMEZ, C. *Violência no trabalho*. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. (pp. 241-271). Brasília: Ministério da Saúde, 2005.
- NAD-RID. *Code of professional conduct*. The National Association of the Deaf (NAD) and the Registry of Interpreters for the Deaf, Inc. (RID). Alexandria VA: NAD-RID, 2005. Disponível em: <http://www.rid.org/ethics/code/index.cfm> Acesso em 14 de junho de 2012.
- O'NEILL, O. *Kantian ethics*. In: SINGER, Peter. (org.) *A companion to ethics*, cap. 10 (pp. 175-185). Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- POGREBINSCHI, T. *O direito de resistência na teoria política contemporânea*. Revista Lugar Comum, n. 19-20, pp. 61-86. Rio de Janeiro: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ / Laboratório de Território e Comunicação (LABTeC/UFRJ) / Universidade Nômada, 2004.

REPORTERS WITHOUT BORDERS. *Ukraine Annual Report 2005*. Disponível em: [http://www.rsf.org/article.php3?id\\_article=13456](http://www.rsf.org/article.php3?id_article=13456). Acesso em 10 de dezembro de 2008.

QUADROS, R. M. de. *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa* / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC/SEESP, 2004.

ROWE, C. Ethics in ancient Greece. In: SINGER, Peter. (org.) *A companion to ethics*, cap. 10 (pp. 121-132). Oxford: Basil Blackwell, 1991.

SANTOS, S. A. *Intérpretes de língua brasileira de sinais: um estudo sobre as identidades*. Dissertação de Mestrado em Educação. Orientadora: Ronice Müller de Quadros. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. Disponível em [http://www.ronice.cce.prof.ufsc.br/index\\_arquivos/Documentos/dissertacao%20silvana%202006.pdf](http://www.ronice.cce.prof.ufsc.br/index_arquivos/Documentos/dissertacao%20silvana%202006.pdf) Acesso em 25 de maio de 2012.

SANTOS, S. A. *Tradução e interpretação de língua de sinais: deslocamentos nos processos de formação*. Cadernos de Tradução (UFSC), v. 26, p. 145-164, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2010v2n26p145> Acesso em 25 de maio de 2012.

SANTOS, S. A.; SANTOS, J. A. dos. *Questões emergentes sobre a contratação dos intérpretes de Língua Brasileira de Sinais*. Ano VII, n. 33, julho-setembro 2007. Disponível em: [http://www.feneis.org.br/page/Revista\\_Feneis/RevFeneis33.pdf](http://www.feneis.org.br/page/Revista_Feneis/RevFeneis33.pdf) Acesso em 25 de maio de 2012.

UFSC. *Letras-LIBRAS*. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br> Acesso em 29 de maio de 2012.

VIEIRA, I. et al. *Burnout na clínica psiquiátrica: relato de um caso*. Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul vol.28 no.3 Porto Alegre Sept./Dec. 2006.

WEBER, M. Burocracia. In: *Ensaio de sociologia*, seções 1 a 3, pp. 229-243. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1982.